

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCI • Nº 128

Ministério Público Estadual

Recife, quinta-feira, 24 de julho de 2014

Educação ambiental nas unidades prisionais

MPPE, Semas, SEDSDH criam grupo de trabalho para implantar projeto

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) participou de reunião de planejamento para criação do primeiro Grupo de Trabalho visando à promoção de ações de educação ambiental e empreendedorismo no âmbito das unidades prisionais de Pernambuco. O encontro, promovido pelas Secretarias Estaduais de Meio Ambiente (Semas) e de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSDH), esta última é o órgão na qual a Secretaria Executiva de Ressocialização (Seres) está inserida, aconteceu na segunda (21), na sede da SEDSDH. O

objetivo do grupo de trabalho é utilizar a educação ambiental como instrumento de ressocialização dos educandos, ações a serem desenvolvidas pelas Secretarias e Associação REICLAR-TE.

Entre as iniciativas estão a capacitação de cerca de 630 internos para produção de composto vegetal (compostagem), paisagismo, produção de mudas de mata nativa, vassouras de garrafa PET, produtos de limpeza biodegradável. De acordo com o grupo, as capacitações pretendem contribuir para uma melhor ressocialização do egresso do sistema prisional, considerando as difi-

culdades de inserção no mercado de trabalho, assim como para promover um ambiente mais humanizado, com o contato com a educação ambiental.

Para o promotor de Justiça da Vara de Execuções Penais da Capital Marcellus Ugiette e membro do Grupo de Trabalho, a meta é implementar o conceito de sustentabilidade e educação ambiental, inclusive com a reciclagem e transformação a partir dos resíduos sólidos produzidos nas unidades prisionais e, posteriormente, provenientes de outras instituições parceiras. "As primeiras parceiras estabeleci-

das foram com a Semas e SEDSDH. Vamos continuar a buscar mais parcerias para a execução do projeto, que é válido e pioneiro nas unidades prisionais", destacou Ugiette, que idealizou o projeto junto com a engenheira ambiental Ana Paula Valdez.

Além do promotor de Justiça, participaram também da reunião o chefe de gabinete da SEDSDH, Myckon Wérico Freitas Macêdo; gestor de Educação Ambiental da Semas, Cristiano Carrilho; e a engenheira ambiental Ana Paula Valdez, da Associação REICLAR-TE. Todos são membros do Grupo de Trabalho, criado nesta reunião.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

MPPE promove curso contábil para entidades

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio da 5ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania Fundações de Olinda, realizou, nos dias 17, 18, 22 e 23 de julho, curso de capacitação de prestação de contas para entidades olindenses. A capacitação, desenvolvida no au-

Mais de 40 entidades olindenses já participaram do curso

ditório da sede das Promotorias de Justiça de Olinda, tem por objetivo orientar os gestores dessas entidades sobre a prestação de contas dos recursos públicos recebidos. O curso, organizado pelo promotor de Justiça Sérgio

Gadelha Souto e a equipe da gerência Ministerial de Contabilidade do MPPE, formada por Cláudia Malheiros, Dima Ferreira e Eriton Can-

valcanti, é promovido duas vezes por ano, no primeiro e segundo semestre. Segundo Sérgio Gadelha, mais de 40 entidades olindenses, além de secretarias municipais de Cultura e de Desenvolvimento Social, já participaram da capacitação contábil realizada pelo MPPE, por meio da 5ª Promotoria de Fundações de Olinda.

LAGOA GRANDE

Resíduos sólidos é tema de audiência

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio da Promotoria de Justiça de Lagoa Grande com atuação na Curadoria de Meio Ambiente, convoca audiência pública para discutir a implantação das Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos pelo município sertanejo. A reunião será realizada no dia 26 de agosto, às 14h, no auditório da Câmara de Vereadores.

A iniciativa é do promotor de Justiça Fernando Della Latta, que visa tratar o tema objeto do inquérito civil nº 001/2013.

JABOATÃO DOS GUARARAPES

Mais enfermeiros e técnicos para Policlínica

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Jaboatão dos Guararapes, recomendou à Secretaria Municipal de Saúde que promova as adequações exigidas pelo Conselho Regional de Enfermagem de Pernambuco (Coren-PE), aumentando o quantitativo de profissionais de enfermagem da Policlínica José Carneiro Lins. As adequações não devem afetar o regular dimensionamento dos profissionais de enfermagem das demais unidades de Saúde da rede local.

De acordo com a recomendação, elaborada pelo promotor de Justiça Édipo Soares, foi constatado, após fiscalização

do Coren-PE, que a referida Policlínica enfrenta a problemática do subdimensionamento dos profissionais de enfermagem, apresentando um quadro deficitário de enfermeiros e técnicos de enfermagem.

A fiscal do Coren-PE Juliana Pinto, informou à Promotoria que a Policlínica continua descumprindo a legislação vigente ao analisar a escala de agosto de 2013. Nela, foi observado que os técnicos que realizam atividades específicas do programa de tuberculose e Hanseníase, ficam sob a supervisão de apenas uma coordenadora, quando ela se ausenta do trabalho, por licença ou férias, os profissionais ficam sem a devida orientação.

CONJUNTO HABITACIONAL CASARÃO DO CORDEIRO

MP recomenda adequação ao projeto original

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) expediu recomendação à Prefeitura do Recife e a Secretaria Municipal Executiva de Controle Urbano para que interrompam a demolição de equipamentos destinados ao comércio no Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro, localizado na Rua Dr. João Lacerda, sem que se implante a área correta de comercialização de produtos por parte dos moradores, prevista no plano original de ocupação.

A recomendação foi elaborada em conjunto pelos promotores de Justiça Geraldo Margela Correia (20ª

Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital Habitação e Urbanismo) e Maxwell Vignoli (8ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital Direitos Humanos), após denúncia de moradores que informaram sobre construção de obra com finalidade diferente do acordado no projeto inicial.

De acordo com os moradores, a prefeitura se comprometeu a construir boxes destinados ao comércio na área do referido conjunto habitacional e, ao invés disso, está construindo um hospital veterinário. Também denunciaram, por

meio de relatório de inspeção da Diretoria de Vigilância Sanitária, contaminações nas cisternas decorrentes de possíveis infiltrações de esgotos localizados ao lado dos reservatórios de água.

O Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro é uma das habitações de interesse social construído por meio do Programa Recife sem Palaftas, destinadas a famílias que residiam em áreas de vulnerabilidade social.

Os órgãos devem informar, no prazo máximo de 10 dias, ao MPPE se acata ou não a recomendação.

Procuradoria Geral da Justiça

Procurador Geral: **Aguinaldo Fenelon de Barros**

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.154/2.014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar a Bela. **CRISTIANE DE GUSMÃO MEDEIROS**, 30ª Promotora de Justiça Criminal da Capital, para atuar nas audiências de instrução, relativas ao Processo nº 617/2012 – CGJ (Tramitação nº 1655/2012), que serão realizadas nos dias 28/07/2014 às 10h00min e às 14h00min, 29/07/2014 às 09h00min e às 14h30min, 30/07/2014 às 09h00min e às 14h30min, 31/07/2014 às 09h00min e às 14h30min e no dia 01/08/2014 às 09h00min, no Fórum da Comarca de Belo Jardim – PE, localizado na Praça João Torres Galindo s/nº – Tancredo Neves – Belo Jardim/PE (Fórum Des. João Paes).

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 23 de julho de 2014.

Aguinaldo Fenelon de Barros
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.155/2.014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005 e alterações posteriores;

CONSIDERANDO a divulgação do resultado final do Concurso Público para provimento de cargos do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público do Estado de Pernambuco, publicada no D.O.E. de 12/07/2012 através do Edital nº 006/2012;

CONSIDERANDO o Edital nº 007/2012 de Homologação do Concurso Público para provimento de cargos do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público do Estado de Pernambuco, publicada no D.O.E. de 13/07/2012;

CONSIDERANDO a vacância, a pedido, da servidora RAFAELE MONTEIRO MELO, através da Portaria POR-PGJ nº 1127/2014, de 15/07/2014 e publicada em 16/07/2014;

CONSIDERANDO o caráter de reposição de cargos para provimento de cargos do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo;

CONSIDERANDO, ainda, as nomeações de candidatos publicadas até a presente data;

RESOLVE:

NOMEAR a candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público para provimento de cargos do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público do Estado de Pernambuco, para exercer o **Cargo de Analista Ministerial, Classe A, Referência 01:**

ÁREA JURÍDICA
MESORREGIÃO: AGRESTE

Classificação	Nome	Lotação
10º	ROSA MARIA ANTUNES DE ARAUJO	PJ - Garanhuns

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 23 de julho de 2014.

Aguinaldo Fenelon de Barros
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.156/2.014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os princípios da transparência e democratização institucional;

CONSIDERANDO o atual déficit de Promotores de Justiça;

CONSIDERANDO a dificuldade para o exercício das atribuições afetas às Promotorias de Justiça com atuação na Central de Inquéritos da Capital;

CONSIDERANDO, também, o encerramento dos prazos estabelecidos através dos Avisos n.º 011/2014 e 016/2014, para o encaminhamento de anuência a esta Procuradoria-Geral de Justiça de designação para o exercício das funções ministeriais junto às Promotorias de Justiça com atuação na Central de Inquéritos da Capital;

CONSIDERANDO, ainda, as anuências protocoladas no SIIG sob os números abaixo;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

I - Divulgar a relação dos Promotores de Justiça habilitados para designação de eventual exercício na Central de Inquéritos da Capital:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	SIIG Nº
MARCOS ANTONIO MATOS DE CARVALHO	0028180-1/2014
EDUARDO HENRIQUE TAVARES DE SOUZA	0028074-3/2014
ALICE DE OLIVEIRA MORAIS	0028210-4/2014
MARIA JOSE MENDONÇA DE HOLANDA QUEIROZ	0027587-2/2014
MAINAN MARIA DA SILVA	0027392-5/2014
CARLOS EDUARDO DOMINGOS SEABRA	0027856-1/2014
JOSE AUGUSTO DOS SANTOS NETO	0027860-5/2014
DINAMERICO WANDERLEY RIBEIRO DE SOUSA	0027484-7/2014
RINALDO JORGE DA SILVA	0027846-0/2014
CHRISTIANA RAMALHO LEITE CAVALCANTE	0027845-8/2014
ERIKA SAMPAIO CARDOSO KRAYCHETE	0027899-7/2013
ROSANGELA FURTADO PADELA ALVARENGA	0027685-1/2014
ANTONIO FERNANDES OLIVEIRA MATOS JUNIOR	0027669-3/2014
ISABEL DE LIZANDRA PENHA ALVES	0027703-1/2014
ÉRICA LOPES CEZAR DE ALMEIDA	0027676-1/2014
IRENE CARDOSO SOUSA	0027700-7/2014
HENRIQUETA DE BELLI LEITE DE ALBUQUERQUE	0031547-2/2014
HELENA MARTINS GOMES	0031550-5/2014
MARIA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA MARTINS	0031409-8/2014
MÁRCIA BASTOS BALAZEIRO COELHO	0031267-1/2014

II - Os efeitos da presente Portaria vigoram pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar de sua publicação, conforme o disposto no inciso II, do Aviso n.º 016/2014, publicado no DOE de 11 de julho de 2014.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 23 de julho de 2014.

Aguinaldo Fenelon de Barros
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.157/2.014

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, no uso das suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar o Bel. **SÉRGIO TENÓRIO DE FRANÇA**, 2º Promotor de Justiça Criminal de Caruaru, de 2ª Entrância, para atuar na Sessão do Tribunal do Júri da Comarca de Camocim de São Félix, a se realizar no dia 25/07/2014.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 23 de julho de 2014.

Aguinaldo Fenelon de Barros
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.145/2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das suas atribuições,

CONSIDERANDO o teor do Ofício 117/2014, oriundo da 3ª Circunscrição Ministerial com sede em Afoogados da Ingazeira, que altera a escala de plantão;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

Modificar o teor da Portaria POR-PGJ n.º 1.072/2014, de 03.07.2013, publicada no DOE de 04.07.2014, para:

Onde se lê:

**PLANTÃO DA 3ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL
COM SEDE EM AFOGADOS DA INGAZEIRA**

DATA	DIA	HORÁRIO	LOCAL	PROMOTOR DE JUSTIÇA
26/07/2014	Sábado	13h às 17h	Afoogados	Guilherme Vieira de Castro
27/07/2014	Domingo	13h às 17h	Afoogados	Guilherme Vieira de Castro

Leia-se:

**PLANTÃO DA 3ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL
COM SEDE EM AFOGADOS DA INGAZEIRA**

DATA	DIA	HORÁRIO	LOCAL	PROMOTOR DE JUSTIÇA
26/07/2014	Sábado	13h às 17h	Afoogados	Fabiana de Souza Silva Albuquerque
27/07/2014	Domingo	13h às 17h	Afoogados	Fabiana de Souza Silva Albuquerque

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 21 de julho de 2014.

Aguinaldo Fenelon de Barros
Procurador-Geral de Justiça
(Republicado por haver saído com incorreção no original)

Conselho Superior do Ministério Público

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2014

O Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, em virtude da Lei, etc.

FAZ SABER, pelo presente Edital, aos senhores Promotores de Justiça de 3ª Entrância, que fica aberta concorrência para o eventual exercício junto ao **Juízo do Território de Fernando de Noronha**, devendo os interessados se habilitarem no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da 1ª publicação deste Edital, para formação de uma lista de indicados pelo Conselho Superior do Ministério Público, oferecendo proposta de atuação no arquipélago, com base em relatório apresentado pelo membro que deixa o cargo, disponível na Secretaria do Conselho Superior. **DADO E PASSADO**, nesta Cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, no dia vinte e três do mês de julho do ano de dois mil e quatorze (23.07.14). Eu, **PETRÚCIO JOSÉ LUNA DE AQUINO**, Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, mandei digitar e subscrevo.

Petrúcio José Luna de Aquino
Promotor de Justiça e Secretário do CSMP

Aguinaldo Fenelon de Barros
Procurador-Geral de Justiça

ATA DA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Data: 9 de julho de 2014

Horário: 14h

Local: Salão dos Órgãos Colegiados da Procuradoria Geral de Justiça, localizado na Rua do Imperador D. Pedro II, n.º 473, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE.

Presidência: Dr. Aguinaldo Fenelon de Barros



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Aguinaldo Fenelon de Barros

**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**
Fernando Barros de Lima

**SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**
Lais Coelho Teixeira Cavalcanti

**SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS**
Maria Helena Nunes Lyra

CORREGEDOR-GERAL
Renato da Silva Filho

CORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO
Paulo Roberto Lapenda Figueiroa

OUIDOR
Mário Germano Palha Ramos

SECRETÁRIO-GERAL
Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda

CHEFE DE GABINETE
José Bispo de Melo

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Jaques Cerqueira

JORNALISTAS
Giselly Veras, Izabela Cavalcanti, Jaques
Cerqueira, Miguel Rios

ESTAGIÁRIOS
Gabriela Alencastro, Marcelle Sales, Marilena
Smith (Jornalismo), Adélia Andrade
(Publicidade)

RELAÇÕES PÚBLICAS
Evângela Andrade

PUBLICIDADE
Andréa Corradini, Leonardo Martins e Maria Alice
Coutinho

DIAGRAMAÇÃO
Giselly Veras e Izabela Cavalcanti

Rua do Imperador D. Pedro II, 473,
Ed. Roberto Lyra, Santo Antônio, Recife-PE
CEP. 50.010-240 fone 3303-1259 / 1279 - fax 3419 7160
imprensa@mppe.mp.br
Ouvidoria (81) 3303-1245
ouvidor@mppe.mp.br

O Exmo. Sr. Secretário Geral do Ministério Público de Pernambuco, Dr. Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda, exarou os seguintes despachos:

No dia: 22 e 23/07/2014

Expediente: CI 048 /2014
Processo : 0032189-5 /2014
Requerente: Artur Oscar Gomes de Melo
Assunto: Solicitação
Despacho: Autorizo. à CPL-SRP, para abertura do devido processo licitatório.

Expediente: CI 126 /2014
Processo : 0031157-8/2014
Requerente: Gláucio Perdigão Souza Leão
Assunto: Solicitação
Despacho: Autorizo. à CPL-SRP, para abertura do devido processo licitatório.

Expediente: CI 114 /2014
Processo : 0032130-0 /2014
Requerente: Dr. José Bispo de Melo
Assunto: Encaminhamento
Despacho: À AMPEO, para informar dotação orçamentária.

Expediente: CI 050 /2014
Processo : 0032379-6/2014
Requerente: Rosa Dalva Rivera de Azevedo
Assunto: Comunicação
Despacho: À CMGP, segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 0081 /2014
Processo : 0031672-1/2014
Requerente: Roberto José da Silva
Assunto: Encaminhamento
Despacho: À CMAD, autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 0082 /2014
Processo : 0031673-2/2014
Requerente: Roberto José da Silva
Assunto: Encaminhamento
Despacho: À CMAD, autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 0083 /2014
Processo : 0031674-3/2014
Requerente: Roberto José da Silva
Assunto: Encaminhamento
Despacho: À CMAD, autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 0084 /2014
Processo : 0031777-7/2014
Requerente: Roberto José da Silva
Assunto: Encaminhamento
Despacho: À CMAD, autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: OF 223 /2014
Processo : 0032542-7/2014
Requerente: Paula Carolina Barbosa Araújo
Assunto: Solicitação
Despacho : À GMECS, segue para as providências necessárias.

Expediente: OF 005 /2014
Processo : 0019339-7/2014
Requerente: Janine Brandão Moraes
Assunto: Encaminhamento
Despacho : À CMGP, autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: Requerimento /2014
Processo : 0030848- 5/2014
Requerente: Magno Marcos Ferreira Frazão
Assunto: Solicitação
Despacho : À CMGP, autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: Requerente /2014
Processo : 0031857-6/2014
Requerente: Elaine Cavalcante dos Santos
Assunto: Solicitação
Despacho: Publique-se. Após, devolva-se à CMGP para as providências necessárias.

Expediente: CI 090 /2014
Processo : 0032073-6/2014
Requerente: Robenilson Alves Barbosa
Assunto: Encaminhamento
Despacho: À CMI, para pronunciamento.

Expediente: CI 132 /2014
Processo : 0032050-1/2014
Requerente: Gláucio Perdigão Souza Leão
Assunto: Solicitação
Despacho: Publique-se. Após, devolva-se à CMGP para as necessárias providências.

Expediente: CI 133 /2014
Processo : 0032088-3/2014
Requerente: Gláucio Perdigão Souza Leão
Assunto: Encaminhamento
Despacho: À GMECS, segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 105 /2014
Processo : 0032241-3/2014
Requerente: Ana Maria Pinto da Silva
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMFC para, cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa.

Expediente: CI 051 /2014
Processo : 0032463-0/2014
Requerente: Rosa Dalva Rivera de Azevedo
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMFC para, cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa.

Expediente: CI 069 /2014
Processo : 0032216-5/2014
Requerente: Cléofas de Sales Andrade
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMFC para, cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa.

Expediente: Requerimento /2014
Processo : 0029870-8/2014
Requerente: Isabel Cristina de Andrade Lima e Silva
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMGP, autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: Requerimento /2014
Processo : 0031201-7/2014
Requerente: Jaques Antonio Barbosa de Cerqueira
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMGP, para providenciar, conforme despacho da AMPEO, em data de 21/07/2014.

Expediente: OF 86 /2014
Processo : 0031663-1 /2014
Requerente: Dra. Norma da Mota Sales Lima
Assunto: Solicitação
Despacho : À CMGP, autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 084 /2014
Processo : 0030927-3 /2014
Requerente: Dr. Paulo Roberto Lapenda Figueiroa
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMGP, autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: Requerimento /2014
Processo : 00 29557-1/2014
Requerente: Juliana Vieira Cavalcanti D Albuquerque
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMGP, autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: Requerimento /2014
Processo : 00 28603-1/2014
Requerente: Marcela Cavalcanti da Costa Lima Ferreira
Assunto: Solicitação
Despacho : À CMGP, autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 129 /2014
Processo : 0031359-3 /2014
Requerente: Gláucio Perdigão Souza Leão
Assunto: Comunicação
Despacho: À CMGP, autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 251 /2014
Processo : 00 30861-0/2014
Requerente: Otávio Augusto Galindo M. De Almeida
Assunto: Encaminhamento
Despacho: À CMFC para, cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa .

Expediente: CI 056 /2014
Processo : 0029065-4 /2014
Requerente: Cléofas de Sales Andrade
Assunto: Solicitação
Despacho: Encaminhe-se ao Gabinete do Exmo. Sr. PGJ para colhimento da assinatura.

Expediente: OF 020 /2014
Processo : 00 22044-3 /2014
Requerente: Dra. Sineide Maria de Barros Silva Canuto
Assunto: Solicitação
Despacho: Encaminhe-se ao Gabinete de Exmo. Sr. PGJ para colhimento da assinatura.

Expediente: Requerimento /2014
Processo : 00 31721-5 /2014
Requerente: Raquel Borba de Melo
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMGP, autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 246 /2014
Processo : 0030640-4 /2014
Requerente: Ana Patrícia de Biase S. Campos
Assunto: Comunicação
Despacho: À CMGP, autorizo Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 043 /2014
Processo : 0030142-1 /2014
Requerente: Paulo César de Lima
Assunto: Comunicação
Despacho: À CMFC, segue para providenciar o prévio empenho, em seguida à AJM, para renovação do contrato.

Expediente: OF 415 /2014
Processo : 0031269- 3 /2014
Requerente: Dra. Maria da Conceição de O . Martins
Assunto: Encaminhamento
Despacho: À CMATI – URGENTE, segue para as providências necessárias.

Expediente: Requerimento/2014
Processo : 0029780-8/2014
Requerente: Marcela Pina de Melo
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMGP, para pronunciamento.

Expediente: OF 218 /2014
Processo : 00 29731-4/2014
Requerente: Dra. Danielly da Silva Lopes
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMATI , segue para as providências necessárias.

Expediente: OF 110 /2014
Processo : 0027673- 7 /2014
Requerente: Dra. Patrícia Ramalho de Vasconcelos
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMGP, para pronunciamento .

Expediente: OF 60 /2014
Processo : 0027569-2 /2014
Requerente: Dr. Jaime Adrião C. Gomes da Silva
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMGP, para pronunciamento.

Expediente: OF 225 /2014
Processo : 00 26968-4 /2014
Requerente: Dr. Aurinilton Leão Carlos Sobrinho
Assunto: Comunicação
Despacho: À CMTI, para pronunciamento.

Expediente: OF 245 /2014
Processo : 00 32222-2/2014
Requerente: Núzia Nara Aquino de Brito
Assunto: Encaminhamento
Despacho: Publique-se . Arquite-se.

Expediente: OF 58 /2014
Processo : 00 32206-4/2014
Requerente: Dr. Henrique Ramos Rodrigues
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMAD, segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 327 /2014
Processo : 0032227-7 /2014
Requerente: Dra. Ana Rúbia Torres de Carvalho
Assunto: Encaminhamento
Despacho: À CMGP, segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 330/2014
Processo : 00 32223-3 /2014
Requerente: Dra. Ana Rúbia Torres de Carvalho
Assunto: Encaminhamento
Despacho: À CMGP, segue para as providências necessárias.

Expediente: OF 276 /2014
Processo : 00 32080-4/2014
Requerente: Dra. Maria José Mendonça de Holanda Queiroz
Assunto: Comunicação
Despacho : Publique-se . Arquite-se.

Expediente: OF 011 /2014
 Processo : 00 32670-0/2014
 Requerente: Dr. Clóvis Ramos Sodré da Mata
 Assunto: Solicitação
 Despacho: À CMTI, segue para as providências necessárias.

Expediente: OF 073 /2014
 Processo : 00 32606-8 /2014
 Requerente: Dr. Garibaldi C. Gomes da Silva
 Assunto: Solicitação
 Despacho: À CMGP, para pronunciamento.

Expediente: OF062 /2014
 Processo : 0032673-3 /2014
 Requerente: Dra. Nancy Tojal de Medeiros
 Assunto: Encaminhamento
 Despacho: À GMECS , segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 0088 /2014
 Processo : 0032340-3 /2014
 Requerente: Roberto José da Silva
 Assunto: Encaminhamento
 Despacho : À CMAD , autorizo . Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 0089 /2014
 Processo : 0032345-8 /2014
 Requerente: Roberto José da Silva
 Assunto: Encaminhamento
 Despacho: À CMAD, autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 0090 /2014
 Processo : 0032348-2 /2014
 Requerente: Roberto José da Silva
 Assunto: Encaminhamento
 Despacho: À CMAD, autorizo . Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 0091 /2014
 Processo : 0032349-3 /2014
 Requerente: Roberto José da Silva
 Assunto: Encaminhamento
 Despacho: À CMAD, autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 001 /2014
 Processo : 0029879-8 /2014
 Requerente: Wellington Ferreira da Trindade
 Assunto: Solicitação
 Despacho: À CMGP, autorizo .Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 0076 /2014
 Processo : 00 31116-3/2014
 Requerente: Dr. Edson José Guerra
 Assunto: Solicitação
 Despacho: À CMGP, autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 113 /2014
 Processo : 00 30095-8/2014
 Requerente: Vivianne de Lima Vila Nova
 Assunto: Solicitação
 Despacho: À CMGP, autorizo . Segue para as providências necessárias.

Expediente: OF 012 /2014
 Processo : 0030727-1 /2014
 Requerente: Dra. Maria Bernadete Martins de Azevedo Figueiroa
 Assunto: Solicitação
 Despacho: À CMGP, autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: OF 041 /2014
 Processo : 0019094-5 /2014
 Requerente: Dr. Antônio Augusto de Arroxelas Macedo Filho
 Assunto: Comunicação
 Despacho: Encaminhe-se ao Gabinete Exmo. Procurador Geral para consideração.

Expediente: CI.053 /2014
 Processo : 0031009-4/2014
 Requerente: Edjaldo Xavier C. Júnior
 Assunto: Comunicação
 Despacho: À CMGP. Autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: S/N/2014
 Processo : 0032588-8/2014
 Requerente: Lins & Pinto Advocacia
 Assunto: Solicitação
 Despacho: À AJM. Para pronunciamento.

Recife, 23 de julho de 2014.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda
 Secretário-Geral do MPPE

O Exmo. Sr. Secretário Geral Adjunto do Ministério Público de Pernambuco, Valdir Francisco de Oliveira, exarou os seguintes despachos:

No dia 22.07.2014

Expediente: CI 134/2014
 Processo nº 0032795-8/2014
 Requerente: DEMAPE
 Assunto: Solicitação
 Despacho: Ao DEMAPE/CMGP. Autorizo, segue para as providências necessárias.

Expediente: s/n
 Processo nº 0028253-2/2014
 Requerente: Valdeir Cavalcanti da Silva
 Assunto: Requerimento
 Despacho: À CGMP. Solicitamos encaminhar cópia dos processos finalizados na CGMP, conforme relação de fls. 09, para fins de pagamento dos plantões realizados pelo requerente.

Expediente: CI 15/2014
 Processo nº 0032062-4/2014
 Requerente: SGAMP
 Assunto: Encaminhamento
 Despacho: Ao apoio. Ciente. Arquite-se.

Expediente: CI 32/14
 Processo nº 0031729-4/2014
 Requerente: AJM
 Assunto: Comunicação
 Despacho: À CMAD. Acolho a sugestão de efetuar um rodízio no estacionamento, bem como que seja formalizada uma advertência ao servidor terceirizado.

Expediente: OF 099/2014
 Processo nº 0032585-5/2014
 Requerente: Dra. Renata de Carvalho Paes de Andrade
 Assunto: Solicitação
 Despacho: À CMAD. Para verificar a possibilidade de atendimento.

Secretaria Geral do Ministério Público - Recife, 22 de julho de 2014.

Valdir Francisco de Oliveira
 Secretário Geral Adjunto do Ministério Público

O Exmo. Sr. Secretário Geral Adjunto do Ministério Público de Pernambuco, Valdir Francisco de Oliveira, exarou os seguintes despachos:

No dia 23.07.2014

Expediente: OF 219/2014
 Processo nº 0031971-3/2014
 Requerente: Dr. Marco Aurélio Farias da Silva
 Assunto: Encaminhamento
 Despacho: Ao CAOP Cidadania. Para conhecimento, considerando o despacho da CMAD.

Expediente: OF 055/2014
 Processo nº 0032182-7/2014
 Requerente: Dra. Irene Cardoso Sousa
 Assunto: Solicitação
 Despacho: À CMAD. Segue para as providências necessárias.

Expediente: OF 029/2014
 Processo nº 0032183-8/2014
 Requerente: Dra. Irene Cardoso Sousa
 Assunto: Solicitação
 Despacho: À AMSI. Para pronunciamento.

Expediente: s/n
 Processo nº 0031779-0/2014
 Requerente: Joselma Paz de Lima
 Assunto: Requerimento
 Despacho: À AMPEO para informar a dotação orçamentária.

Expediente: CI 079/2014
 Processo nº 0032960-2/2014
 Requerente: CMTI
 Assunto: Solicitação
 Despacho: À CMFC para, cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa.

Expediente: s/n
 Processo nº 0031779-0/2014
 Requerente: Joselma Paz de Lima
 Assunto: Requerimento
 Despacho: À CMFC para, cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa.

Secretaria Geral do Ministério Público - Recife, 23 de julho de 2014.

Valdir Francisco de Oliveira
 Secretário Geral Adjunto do Ministério Público

Comissão Permanente de Licitação - CPL

RESULTADO DE JULGAMENTO DE AMOSTRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2014

I – INTRODUÇÃO

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por meio de sua Pregoeira, conforme designação da Portaria POR-PGJ nº 956/2014, de 04 de junho de 2014, publicada no DOE em 05.06.2014, procedeu aos trabalhos licitat rios referentes ao Edital nº 018/2014, sob a modalidade Pregão Presencial, visando à **Contratação de empresa gráfica para a impressão de Publicações Institucionais, em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência do Edital.**

II – DO JULGAMENTO

Após análise feita da prova de impressão da vencedora provisória do certame, do PL em referência, foi emitido o seguinte Parecer pela Assessoria de Comunicação:

“Informamos que as provas relativas às peças do PP 008-2014 e PL 018/2014, apresentadas pelo vencedor provisório F&A Gráfica, foram REPROVADAS pela falta de qualidade técnica do material, no que diz respeito às cores aplicadas e tipo de papel, em desacordo com o Termo de Referência produzido pela Assessoria de Comunicação do MPPE”.

III – DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta CPL resolve **CLASSIFICAR** a empresa **Gráfica e Editora Liceu Ltda – 2ª colocada** – que apresentou para o objeto licitado o valor global de **R\$ 29.100,00 (vinte e nove mil e cem reais)**.

Este resultado será divulgado na Internet e no Diário Oficial do Estado para sua eficácia.

Recife, 23 de julho de 2014

Onélia Carvalho de O. Holanda
 Pregoeira/CPL

Escola Superior do Ministério Público

AVISO Nº 035//2014

A Escola Superior do Ministério Público AVISA aos membros do MPPE relacionados abaixo que suas inscrições foram deferidas para o curso **“Media Training”**, a ser realizado no dia **24 de julho de 2014**, das 13h às 18h. O treinamento será realizado no auditório da Escola Superior do MPPE, situado à Rua do Sol, 143, Edf. IPSEP, 5º andar, Santo Antônio, nesta cidade.

Recife, 23 de julho de 2014.

Eduardo Luiz Silva Cajueiro
 Promotor de Justiça
 Diretor da ESMP, em exercício

Relação de Membros inscritos

1. BIANCA STELLA AZEVEDO BARROSO
2. DAIZA MARIA AZEVEDO CAVALCANTI
3. DANIEL GUSTAVO MENEGUZ MORENO
4. DANIELA MARIA FERREIRA BRASILEIRO
5. LILIANE ASFORA CUNHA CAVALCANTI DA FONTE
6. LUCIANA ALBUQUERQUE PRADO
7. MANUELA DE OLIVEIRA GONÇALVES
8. PATRICIA RAMALHO DE VASCONCELOS
9. PETRONIO BENEDITO BARATA RALILE JUNIOR
10. PETRÚCIO JOSÉ LUNA DE AQUINO
11. ROSANGELA FURTADO PADELA ALVARENGA
12. SELMA MAGDA PEREIRA BARBOSA BARRETO

Promotorias de Justiça

10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL TUTELA DE FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL

P.A. 014/2013 – Arquimedes: 2013/1219189
Entidade: Fundação Roberto Marinho
Objeto: Prestação de Contas

RESOLUÇÃO Nº 036/2014

A 10ª Promotoria de Justiça da Cidadania com Atuação na Tutela de Fundações, Entidades e Organizações Sociais desta Capital, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento nos arts. 66 do Código Civil, art. 37, da RES-PGJ Nº 08/2010, em face do que consta nos autos nº **014/2013-ARQ-2013/1219189**, desta Promotoria, e tendo em vista o Parecer Técnico nº **066/2014**, elaborado pelo Técnico Ministerial Roberto Teles de Siqueira por este ATO, em **ANÁLISE, RESOLVE APROVAR AS CONTAS** apresentadas pela **Fundação Roberto Marinho, referente ao exercício financeiro de 2012**, quanto aos seus aspectos contábeis, formais e técnicos.

Recife, 22 de julho de 2014.

Maria da Glória Gonçalves Santos
 Promotora de Justiça

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE CAMARAGIBE

TERMO DE AUDIÊNCIA MINISTERIAL IC nº 06/2014 e PP nº 13/2014

No dia 23.07.2014, por volta das 10h10min, no Gabinete da 4ª PJ de Camaragibe, em audiência presidida pelo Promotor de Justiça Salomão Abdo Aziz Ismail Filho, compareceu (ram) o (s) Senhor (es) Doutor (es) ADRIANO PINTO DA SILVA, Presidente (CPF 933.199.674-87, RG 3663989-SSP/PE, filho de Pedro Pinto da Silva e Maria de Lourdes da Conceição, nascido em 06.05.1974, natural de Recife/PE, 1ª Travessa Luiz Jorge dos Santos, nº 50, Tabatinga, Camaragibe/PE), DÉLIO DE MOURA XAVIER DE MORAES JÚNIOR, 2º Secretário (OAB/PE 18.211, filho de Délio de Moura Xavier de Moraes e Terezinha Harten de Moraes, nascido em 17.08.1974, natural de Recife/PE, Rua Nelson Rodrigues, 122, Alberto Maia, Camaragibe/PE) e ALBERES ESMERALDO DE SOUZA, 1º Secretário (CPF 545407554-04, filho de Esmeraldo José de Souza e Terezinha Jesus de Souza, nascido em 24.09.1967, natural de Paudalho/PE, residente na Rua Gustavo Viana Filho, 152, Timbi, Camaragibe/PE), representando a CÂMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE, acompanhado do Dr. VALÉRIO LEITE, OAB/PE 26.504.

Ao final, deliberou-se o seguinte:

Iniciada a audiência, foi informado pela CÂMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE que o sítio na *internet* da instituição encontra-se no seguinte endereço eletrônico: <http://www.camaracamaragibe.pe.gov.br/>.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE apresentou a seguinte proposta de metas administrativas, a título de TERMO DE COMPROMISSO, a ser observado da seguinte forma:

1. promover a adequação do sítio eletrônico na *internet* (rede mundial de Computadores), conforme às exigências do art. 8º, § 3º, da Lei nº 12.527, de 18.11.2011. Prazo: até o dia **25.08.2014**.

2. A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE promoverá uma revisão da Lei Municipal nº 364/2008, que trata do seu plano de cargos e salários, a fim de reduzir o quadro de funções comissionadas e definir/atualizar o número atual de cargos efetivos da instituição, através de uma nova legislação. Prazo: até o dia **30.09.2014**.

3. A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE determinará a abertura de processo licitatório para a escolha da instituição que irá organizar e promover o seu primeiro concurso público. Prazo: até o dia **30.10.2014**.

4. O processo licitatório será concluído, escolhendo-se a empresa vencedora, em um prazo de **60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura da licitação**.

5. A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE organizará uma Comissão composta por 03 (três) membros, sendo dois indicados pelo Poder Legislativo Municipal e outro pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), para acompanhar a regularidade do referido concurso. Prazo: até o dia **30.10.2014**.

6. Os membros integrantes da Comissão do Concurso não poderão estar inscritos no concurso público da Câmara de Camaragibe e nem poderão ter parentes, até o 3º grau, em linha reta, colateral ou afim, inscritos no certame.

7. O concurso público da CÂMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE será realizado em **janeiro de 2015**, devendo ser concluído até o final de **março de 2015**.

8. A homologação e a nomeação dos aprovados no concurso público da CÂMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE será feita até o dia **30 de maio de 2015**.

9. No que se refere ao contrato administrativo de prestação de serviço em assessoria e consultoria jurídica celebrado com o escritório WILLIAN ARIEL ARCANJO LINS ADVOCACIA, **não será ele renovado a partir de janeiro de 2015**, devendo tais funções passarem a ser exercidas por Procurador (es) concursado (s), ressalvado o cargo de Procurador-Chefe da CÂMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE.

10. A comprovação do cumprimento das metas administrativas acordadas com o MPPE será feita documentalmente, no prazo de **10 dias úteis**, contado a partir do vencimento de cada compromisso acordado.

11. Em caso de descumprimento injustificado, o (s) responsável (eis) pela assinatura do presente termo de compromisso, fica (m) ciente (s) das consequências penais e civis, inclusive no âmbito da improbidade administrativa, em razão do não cumprimento das metas acordadas.

12. O presente termo de compromisso, firmado perante o **MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**, tem a validade de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/1985 c/c o art. 585-II do CPC.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SERRITA

PORTARIA Nº 004/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE:

Presidente: _____

1º Secretário: _____

2º Secretário: _____

Advogado (a): _____

MPPE: _____

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SALGUEIRO
PROMOÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

INQUÉRITO CIVIL
PORTARIA Nº. 06/2014

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, através da 1ª Promotora de Justiça de Salgueiro, que a esta subscreeve, com atribuições na Defesa do Patrimônio Público, com fulcro nas disposições contidas nos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, artigos 1º e 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, art. 4º, inciso IV, alínea a, da Lei Complementar Estadual nº 12/1994, com as alterações da Lei Complementar Estadual nº 21/1998:

CONSIDERANDO terem sido encontrados nos arquivos desta Promotoria de Justiça os autos do Procedimento Preparatório nº 006/2008, instaurado para apurar possíveis irregularidades e prática de nepotismo na contratação de funcionários para a Escola Municipal José Mendes, no Distrito de Conceição das Crioulas ;

CONSIDERANDO a necessidade de coleta de informações complementares as já existentes, obtidas ainda no ano de 2008;

CONSIDERANDO o teor da Resolução nº 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco, e da Resolução nº 023/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do inquérito civil e do procedimento de investigação preliminar;

CONSIDERANDO que o prazo estabelecido no art. 22 da Resolução nº 001/2012 do CSMP para conclusão do procedimento preparatório é de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, o qual, uma vez esgotado, impõe o seu arquivamento, o ajuizamento da respectiva ação civil pública ou sua conversão em inquérito civil, nos termos do Parágrafo único do mesmo artigo;

RESOLVE

CONVERTER o procedimento acima referido em **INQUÉRITO CIVIL**, adotando as seguintes providências:

1) Nomear a servidora **MARIA LUCIENE ALVES DE SOUZA**, como secretária escrevente, nos termos do art. 12, § 1º, da RES-CSMP nº 001/2012;

2) Autuação e registro das peças oriundas do procedimento enunciado na forma de Inquérito Civil;

4) Remeta-se cópia desta Portaria ao Conselho Superior do Ministério Público, à Corregedoria Geral do Ministério Público e ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa do Patrimônio Público;

5) Encaminhe-se cópia da presente Portaria à Secretaria Geral do Ministério Público, por meio eletrônico, para a devida publicação no Diário Oficial do Estado.

Salgueiro - PE, 22 de julho de 2014

Ângela Márcia Freitas da Cruz
Promotora de Justiça

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por intermédio do promotor de Justiça de Terra Nova/PE, em exercício cumulativo nesta Promotoria de Justiça, com atuação na defesa da probidade administrativa, no uso das funções que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, art. 25, inciso IV, da Lei Nacional nº 8.625/1993, art. 6º, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 12/1994, art. 1º, da Resolução RES-CSMP nº 002/2008, art. 1º, da Resolução RES-CSMP nº 001/2012, e ainda:

CONSIDERANDO a tramitação do Procedimento Preparatório registrado sob o nº 2013/1218710, no âmbito desta Promotoria de Justiça, que tem por objetivo investigar suposta acumulação ilegal de cargos.

CONSIDERANDO o teor do art. 1º, da Resolução RES-CSMP nº 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco, que regulamentam a instauração e tramitação do procedimento preparatório e do Inquérito Civil;

CONSIDERANDO que, em conformidade com os dispositivos acima citados, o prazo para conclusão do Procedimento Preparatório é de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período, uma vez, e que, na hipótese do seu vencimento deverá ser promovido o arquivamento, ajuizada a respectiva Ação Civil Pública ou convertido em Inquérito Civil;

CONSIDERANDO que se encontra vencido o prazo fixado no art. 22, da RES-CSMP 001/2012, para conclusão do procedimento acima mencionado;

CONSIDERANDO que à função do Ministério Público promover Inquérito Civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais homogêneos, difusos ou coletivos relativos aos direitos do consumidor;

CONSIDERANDO a necessidade de se prosseguir com a investigação dos fatos, para o seu fiel esclarecimento e adoção de medidas corretivas se necessário.

RESOLVE:

CONVERTER o presente procedimento em **INQUÉRITO CIVIL** adotando-se as seguintes providências:

Autue-se o Inquérito Civil em tela, tombado sob o número 005/2014, procedendo-se com as anotações no arquivo digital próprio, bem como no sistema Arquimedes;

Encaminhe-se cópia da presente portaria, via correio eletrônico, à Secretaria Geral do Ministério Público de Pernambuco, para publicação no Diário Oficial do Estado;

Comunique-se sobre a providência adotada ao Conselho Superior do Ministério Público, à Corregedoria Geral do Ministério Público e ao CAOP/Patrimônio Público;

Nomear a técnica ministerial Mariana de Brito Oliveira Silva para funcionar como Secretária-Escrevente;

Numerem-se as páginas dos autos, após organizar os expedientes em ordem cronológica;

Prossigam-se com as investigações em andamento, cumprindo-se os despachos pendentes ou renovando-se termo de conclusão.

Cumpra-se.

Serrita/PE, 23 de julho de 2014.

Bruno de Brito Veiga
Promotor de Justiça
No exercício cumulativo



Viva a Gentileza
FAÇA A DIFERENÇA COM PEQUENAS AÇÕES

A prática frequente de ações de gentileza influi na felicidade, no bem-estar e na saúde das pessoas, tanto para quem as pratica quanto para quem as recebe.

Faça da gentileza um hábito e o ganho será de todo o MPPE.





I QUINZENA ESTADUAL DO TRIBUNAL DO JÚRI

12 A 22 DE AGOSTO DE 2014